

# PAISAGENS CULTURAIS DA BACIA DO RIO JEQUITINHONHA, EM MINAS GERAIS

**Vanderlei de Oliveira Ferreira**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia  
vanderlei@ig.ufu.br

**Allaoua Saadi**

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais  
allaoua.saadi@gmail.com

## **Resumo**

As bacias hidrográficas tornaram-se referência territorial fundamental para gestão dos recursos naturais renováveis. O foco das preocupações concentra-se na dinâmica socioambiental atuante em áreas cujos limites são definidos pela fisiografia terrestre, o que permite uma visão de conjunto dos problemas. Entretanto, é importante considerar que no interior das bacias pode haver significativa heterogeneidade natural e/ou sociocultural que, se desconsiderada, pode prejudicar o diagnóstico, bem como a tomada de decisão. O presente artigo apresenta compartimentos territoriais individualizados por suas características socioculturais no interior da porção mineira da bacia do rio Jequitinhonha. A área foi dividida em 10 unidades de paisagem cultural, diferenciadas a partir de suas características socioambientais. Acredita-se que as adversidades impostas às tentativas de superação do quadro de subdesenvolvimento daquela região apresentam especificidades em cada unidade delimitada e caracterizada. A ideia é subsidiar políticas de desenvolvimento, especialmente vinculadas à gestão descentralizada e participativa das bacias hidrográficas, sobretudo considerando que existem unidades territoriais equiprobemáticas que devem ser identificadas e consideradas nas opções gerenciais.

**Palavras-chave:** Paisagem cultural. Bacia do Jequitinhonha. Recursos naturais.

## **CULTURAL LANDSCAPES OF THE BASIN OF THE JEQUITINHONHA RIVER, IN MINAS GERAIS**

## **Abstract**

The watershed basins have become essential reference for territorial management of renewable natural resources. The focus of the concerns focuses on the socio-environmental processes operating in areas whose limits are defined by land physiography, which allows a vision of set of the problems. However, it is important to consider that within the basins can be significant heterogeneity natural and/or sociocultural which, if overlooked, may harm the diagnosis and the decision making. This article presents territorial compartments individually by their sociocultural characteristics in the river basin Jequitinhonha in the state of Minas Gerais. The area was divided into 10 units of cultural landscape, differentiated from their socio-environmental characteristics. It is believed that the adversities imposed on attempts to

overcome of the context of underdevelopment of the region have specificities in each unit bounded and characterized. The idea is to support development policies, especially related to decentralized and participatory management, especially considering that there problematics territorial units in the watershed that should be identified and considered in management options.

**Keywords:** Cultural Landscape. Basin of the Jequitinhonha River. Natural Resources.

## **Introdução**

A bacia do rio Jequitinhonha tem sido objeto de sucessivos planos e intervenções gerenciais idealizados no sentido da busca de superação do seu subdesenvolvimento. Os fracassos generalizados das iniciativas e a conseqüente permanência de um quadro de atraso econômico criaram um cenário representativo em relação aos desafios impostos ao Brasil no que se refere à gestão de recursos naturais e às expectativas regionais de desenvolvimento.

Uma eficiente gestão dos recursos naturais renováveis é fundamental ao processo de criação de um novo cenário socioeconômico na bacia do Jequitinhonha, baseado numa economia justa, socialmente digna, politicamente participativa e integrada. Neste contexto, a espacialização das características socioculturais pode oferecer subsídios importantes para a determinação de pontos de maiores e menores restrições, limites de possíveis irreversibilidades e indicação regionalizada de alternativas de manejo dos recursos naturais.

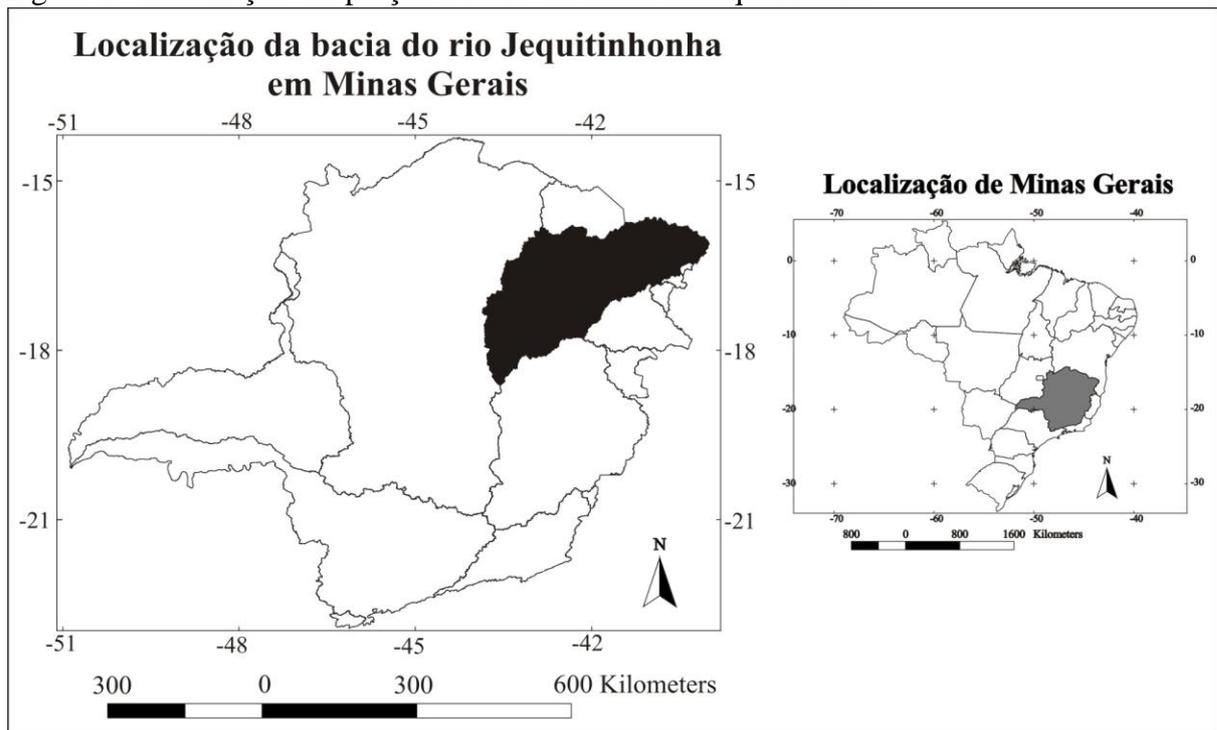
Acredita-se que as características socioculturais de uma população podem ser razoavelmente percebidas quando se analisa a origem de suas atividades econômicas, o processo de ocupação e uso do seu território. Nesse aspecto, a bacia do rio Jequitinhonha apresenta uma diversidade relativamente grande de usos da terra e atividades econômicas, desenvolvidas sobre uma natureza heterogênea. Evidentemente que as atividades econômicas alteram a disponibilidade quantitativa e qualitativa de recursos naturais. A água, por exemplo, se torna cada vez mais ameaçada por diversas situações que, se diagnosticadas a tempo, poderá permitir intervenções preventivas. As políticas de desenvolvimento têm desconsiderado a heterogeneidade interna e as características próprias do sistema produtivo humano da região. Novas alternativas afinadas com a realidade físico-ambiental e cultural devem ser avaliadas e sugeridas.

O presente texto apresenta subdivisão da porção mineira da bacia do Jequitinhonha em 10 unidades de paisagem cultural, considerando principalmente aspectos relacionados às atividades econômicas e uso e ocupação do solo. Recorreu-se basicamente às informações disponíveis na bibliografia e campanhas de campo, sempre na perspectiva de oferecer

subsídios à gestão dos recursos naturais descentralizada e participativa, conforme princípios preconizados pela sustentabilidade ambiental.

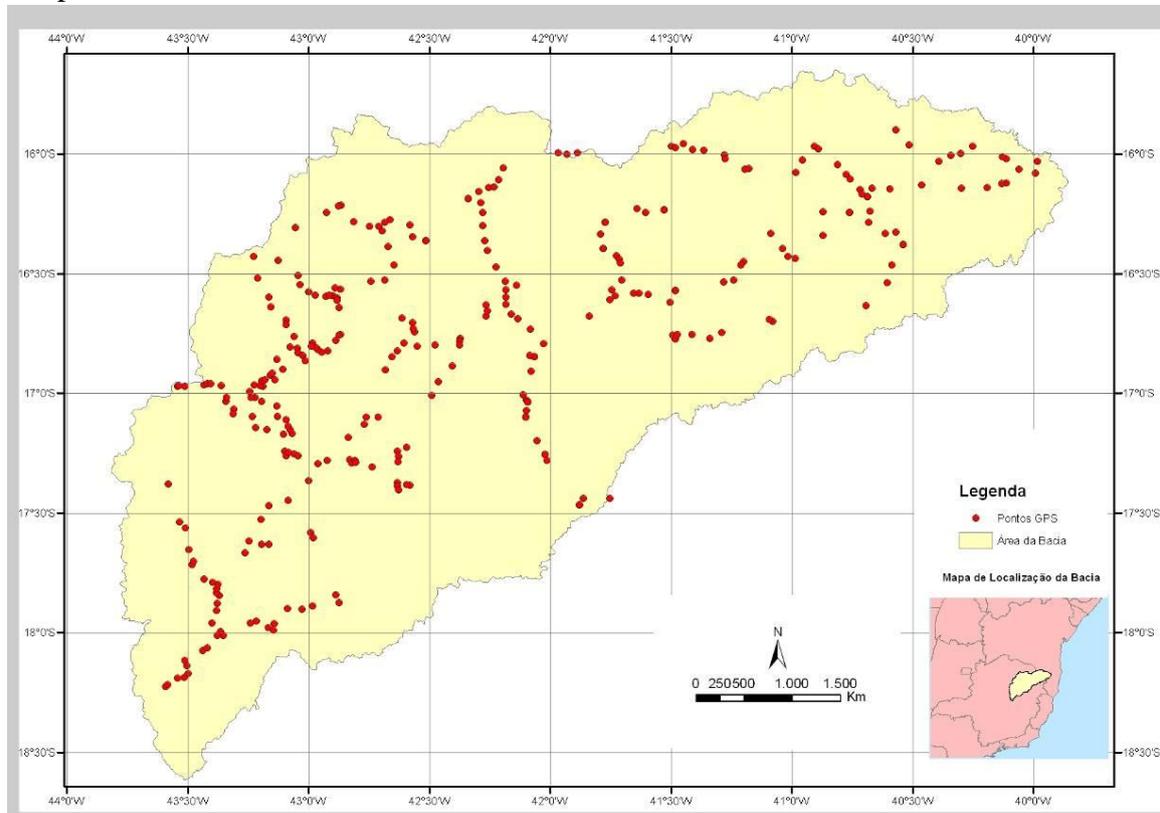
O rio Jequitinhonha nasce na Serra do Espinhaço, no município do Serro/MG, a uma altitude aproximada de 1.300m. Sua bacia se limita a norte com a bacia do rio Pardo, a sul com a bacia do rio Doce, a sudeste com a bacia do Mucuri e várias outras pequenas bacias independentes (Sucuruçu, Itanhém, Buranhém e Peruípe). A oeste se limita com a bacia do rio São Francisco e a leste atravessa o limite entre Minas Gerais e Bahia no município de Salto da Divisa e segue rumo ao Oceano Atlântico. Os principais afluentes do rio Jequitinhonha são os rios Itacambiruçu, Vacaria, Salinas, São Pedro e São Francisco na margem esquerda, e Araçuaí, Piauí, São Miguel e São João pela margem direita. A figura 1 apresenta a localização da bacia no contexto do Estado de Minas Gerais. A figura 2 apresenta a distribuição das áreas contempladas nas observações específicas durante as campanhas de campo.

Figura 1 - Localização da porção mineira da bacia do Jequitinhonha



Fonte: MENDES SILVA, M; FERREIRA, V. O, 2011

Figura 2 - Distribuição das áreas contempladas em análises específicas nas campanhas de campo



Elaboração: Alan Nunes Araújo

### História da ocupação

A parte mineira da bacia do rio Jequitinhonha conta com áreas de 70 municípios, incluindo aqueles parcialmente inseridos nos seus limites territoriais. Os municípios mais antigos estão concentrados na área colonizada durante os ciclos do ouro e do diamante na porção montante da bacia. Municípios como Diamantina, Serro e Minas Novas foram criados entre o início do século XVIII e século XIX. No final do século XIX e primeiro quartel do século XX a população espalhou para o chamado médio vale e novos núcleos urbanos e novos municípios foram se formando. Na década de 1960 ocorreu uma onda de formação de municípios, principalmente na região do médio vale. Em 1962 dezoito novos municípios foram criados, entre eles Itaobim, Itacambira, Padre Paraíso, Rubelita e Riacho dos Machados. A partir de 1992 foram implantados mais 14 municípios. Do município de Salinas, desdobraram-se Fruta do Leite, Novorizonte e Santa Cruz de Salinas. Os municípios de Olhos

d'água, Monte Formoso, Josenópolis e Leme do Prado também surgiram a partir da década de 1990.

Ribeiro (1996) discute “As Histórias da Terra do Jequitinhonha e Mucuri”, tratando do processo de ocupação da região, recorrendo aos relatos e depoimentos de viajantes e moradores. Fica evidenciado que na segunda metade do século XVIII somente a região compreendida entre a cabeceira do Jequitinhonha e a confluência com o rio Araçuaí incluindo, portanto, grande parte do Alto Jequitinhonha (antigo Termo de Minas Novas), era povoada. A região situada à jusante da confluência do rio Araçuaí estava quase totalmente coberta pela vegetação nativa, com suas variações ambientais e uma população restrita a agrupamentos indígenas. Naquela época os moradores do Alto Jequitinhonha se ocupavam da mineração e, secundariamente, da lavoura. Mas, nessa época, as lavras e as lavouras começaram a entrar em fase de decadência. “As lavras esgotavam-se quando acabava o ouro fácil, extraído dos rios e catas de superfície. As lavouras feitas nos capões de mata diminuam de rendimento. Os viajantes e pesquisadores estrangeiros (Pohl, Mawe, Saint-Hilaire, Spix e Martius) também relataram tal cenário e mencionam que a lavra era uma sombra do que fora e a terra perdia força ano a ano (Ribeiro, 1996).

Tendo em vista o cenário de decadência instaurado no Alto Jequitinhonha na segunda metade do século XVIII, a população começou a ocupação da porção situada a leste da bacia a procura de “terra nova, farta, fértil e sem dono”, preferencialmente com muitas riquezas e índios, que podiam ser capturados para o trabalho. Assim, à procura de riquezas minerais, solos produtivos e mão-de-obra indígena, os habitantes começaram a entrar nas matas, em direção ao Médio e Baixo Jequitinhonha e bacia do Mucuri. O processo ocorreu através de dois eixos principais:

Um pela barra do rio Araçuaí, descendo o Jequitinhonha para ir povoando aquelas beiras de rio, famosas na época por serem sadias, além de muito férteis. Esse movimento migratório começou com o Século Dezenove e originou o primeiro povoamento do que chamamos hoje baixo Jequitinhonha: Itaobim, Jequitinhonha, Almenara, Salto. Outro caminho saía pelas cabeceiras dos rios Fanado e Setúbal, pelo Alto dos Bois, na direção das nascentes do Mucuri. Este era mais perigoso, porque existiam índios mais bravos e o perigo constante das febres (Ribeiro, 1996, p.18).

Assim se deu, portanto, o povoamento da margem direita do rio Jequitinhonha. Segundo Ribeiro (1996; p. 19), “as lembranças de pioneiros incluem uma fartura absurda, (...) num tempo em que as pessoas não ‘faziam conta das coisas’. (...) os colonos posseiros andavam

atrás da fertilidade, e cada área derrubada, plantada e esgotada obrigava a família a sair em busca de terra nova e fértil.”

No final do século XIX teve início a ocupação da margem esquerda do rio Jequitinhonha. Os migrantes que chegavam por lá eram refugiados ambientais. Vinham do norte de Minas Gerais e, principalmente, da Bahia.

A primeira leva deles desceu do rio Pardo, fugindo da famosa ‘seca do noventinha’, de 1890. Vinham em grandes grupos, e faziam sua primeira parada no Comarcão do Bruno. Ali escolhiam dois caminhos: das gerais, pela Itira; da mata, pela Fortaleza ou São Roque, que era como se chamavam Pedra Azul e Itaobim (RIBEIRO, 1996, p.19).

Nas primeiras décadas do século XX foram chegando outras ondas de refugiados baianos. Uma delas estava associada a um novo evento de seca ocorrido nos anos 1930. Entretanto, as terras já estavam ficando escassas e a muitos restava apenas uma possível agregação nas fazendas.

No Médio Jequitinhonha havia muitos moradores nas fazendas, “os agregados, que plantavam e criavam com muita liberdade” nas terras dos fazendeiros. O fazendeiro possuía um poder político sem precedentes. Ele gerenciava a vida de todos, por meio da imposição de regras, o que costumava gerar conflitos. (...) “agregados matavam gado da fazenda, fazendeiros soltavam animais em roças de agregados, agregados desobedeciam às condições estabelecidas pelos fazendeiros, fazendeiros proibiam roças, agregados saíam da fazenda pelo mundo afora” (Ibidem, p.22).

Milhares de famílias de agregados saíam à procura de vida melhor, inicialmente formando correntes migratórias de distâncias mais curtas. À medida que as terras férteis das matas foram se escasseando, os mais jovens começaram a migrar rumo a lugares mais distantes. Nos anos 1970 tiveram início os deslocamentos rumo às periferias de São Paulo ou em direção ao norte do Brasil (Pará, Maranhão e Rondônia). Os mais idosos, quando não acompanhavam os filhos “nesta vida sempre errante” foram para os núcleos urbanos da própria região.

Há, portanto, características muito diferenciadas entre os setores da bacia do rio Jequitinhonha em termos do processo de ocupação, o que acabou determinando o surgimento de diferenças marcantes do ponto de vista da cultura não material.

A alcunha de ‘Atenas do Norte’, que as elites de Diamantina deram à sua cidade nas décadas iniciais do século, é indício revelador da atenção devotada à alta cultura nessa porção do vale do Jequitinhonha, notabilizada pelas serestas, os arraiolos, os saraus e as trovas – essas manifestações tão portuguesas na origem.

Já o Médio Jequitinhonha, o espaço marginal no cenário da história mineira, caracteriza-se pela presença de uma cultura popular rica e variada, cuja síntese está no artesanato regional, particularmente a cerâmica. É uma cultura com marcas profundas das tradições indígenas e negras, nitidamente popular em seus temas e modos de fazer. Uma cultura rural, não oficial, produzida por gente distante do Estado e próxima demais dos potentados locais, fracamente articuladas aos centros dinâmicos de Minas e do país (MARTINS, 2001, p.58).

Na margem direita são os mineiros que vão fornecer os elementos culturais para a gênese de uma cultura e uma identidade que, apesar das modificações recentes, ainda preserva alguns elementos fundamentais. A economia da região, no período minerador e mesmo quando se dá a marcha em direção à mata, apoiou-se no trabalho escravo, tanto africano quanto indígena. O índio e o africano estiveram presentes desde as primeiras expedições à região. Eles realizavam, além do trabalho extrativo e *lavourista*, serviços domésticos, artesanais, de tecelagem, destilaria de aguardente e transporte.

Na margem esquerda, das cabeceiras da bacia do Jequitinhonha até a sub-bacia do rio Itacambiruçu, também há a penetração das influências da mineração do ouro e dos diamantes. Mas, a influência da cultura nordestina, a partir da sub-bacia do rio Vacaria em direção à jusante é muito marcante. É importante lembrar que uma das bases da cultura nordestina foi o ciclo da cana-de-açúcar onde os engenhos e o binômio Casa-Grande & Senzala são seus símbolos culturais mais expressivos (BOSI, 1992). O senhor de engenho era o senhor absoluto nos seus domínios. Cabia a ele administrar suas terras, sua família e seus escravos. É exatamente assim que aconteceu na região que recebeu a entrada dos refugiados baianos na bacia do Jequitinhonha, quando as fazendas não eram “simplesmente um negócio rural, mas um domínio habilidoso e completo das pessoas e da terra” (RIBEIRO, 1996, p.22). As influências que compõem o mosaico cultural da região nordestina revelam-se nos hábitos e costumes, na linguagem, na culinária, na literatura, no artesanato, na música, na vaquejada, na dança, na religiosidade, nos gestos, integrando o universo das relações entre as pessoas e das pessoas com a paisagem e seus recursos.

Assim, apesar da recente infiltração de fatores homogeneizadores, em grande parte relacionados à modernização econômica apoiada em incentivos fiscais (silvicultura, cafeicultura e pecuária de corte, principalmente) percebe-se o porquê da permanência de

significativas diferenças socioculturais na região, notadamente, entre o Alto e o Médio Jequitinhonha e entre a margem esquerda e direita do rio.

É importante ressaltar, entretanto, que não existe caráter regional que seja imutável, intocado pelos processos de mudança. As transformações ocorridas a partir da década de 1970 perturbaram o cenário cultural e as relações sociais e econômicas da região. No Alto Jequitinhonha a cafeicultura e a silvicultura foram introduzidas, apoiadas pelo II PMDES (Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social). A cafeicultura concentrou-se na região de Capelinha. A silvicultura espalhou-se por uma área bem mais ampla, aproveitando-se da topografia apropriada dos topos das chapadas. Já nos municípios localizados no Médio Jequitinhonha a pecuária bovina expandiu rapidamente, também apoiada por incentivos fiscais. A mineração, apesar da decadência, ainda é capaz de gerar ocupação para muitos trabalhadores. Ainda há importantes reservas minerais (diamantes, ouro, mármore, manganês, gemas e grafita) na região.

### **Unidades de paisagem cultural**

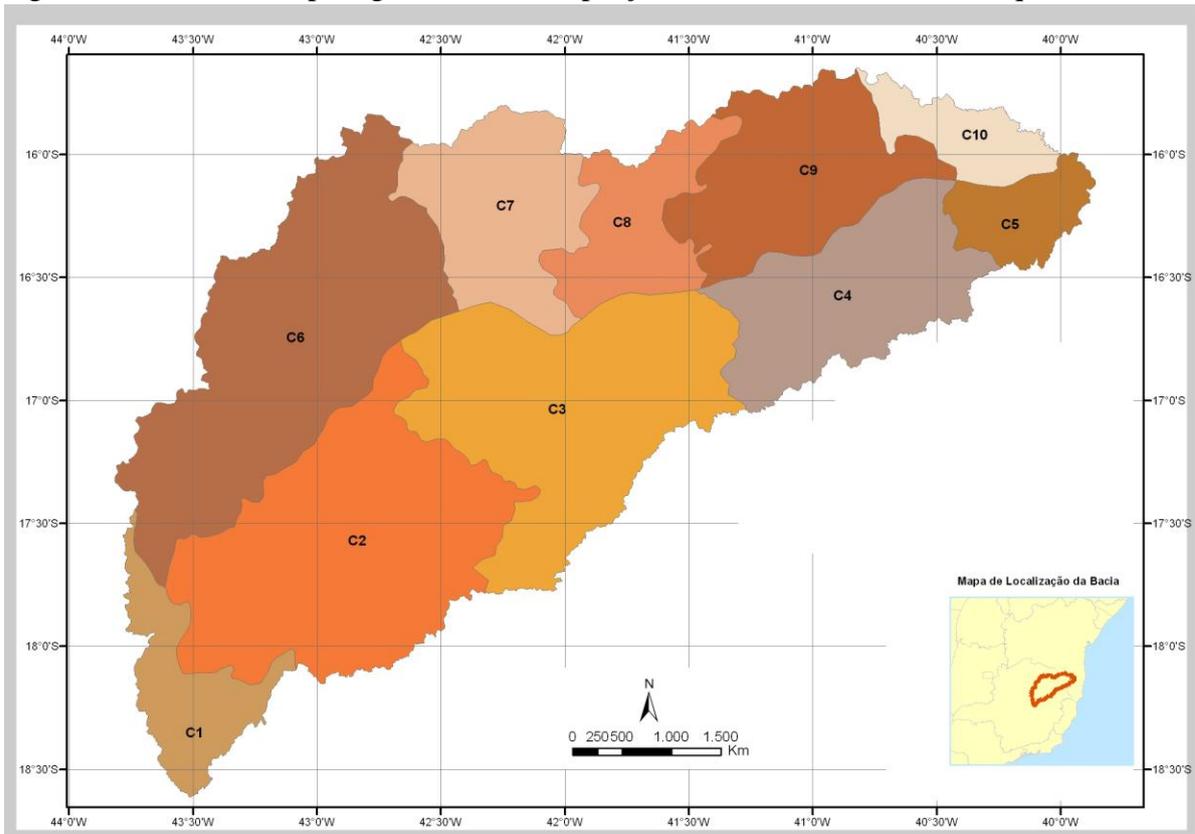
A figura 3 apresenta a porção mineira da bacia do rio Jequitinhonha dividida em 10 unidades de paisagem cultural, considerando principalmente elementos materializados da cultura, manifestados nas condições técnicas, econômicas e sociais, fortemente influenciados pelas possibilidades e pelos limites impostos pelas condições ambientais. Trata-se de um mosaico de conseqüências históricas e ações recentes que ainda não conseguiram solucionar o problema dos baixos índices de desenvolvimento econômico e humano da região.

Tal conceito de paisagem cultural ampara-se na caracterização de Melville Herskovits, segundo a qual a cultura deriva de componentes da existência humana, aprendida e estruturada continuamente pelo processo de produção e adaptação do homem ao ambiente (FIORIN, 2007). Na seqüência é apresentada uma breve caracterização de cada uma das unidades, denominadas C1 a C10.

#### **C1**

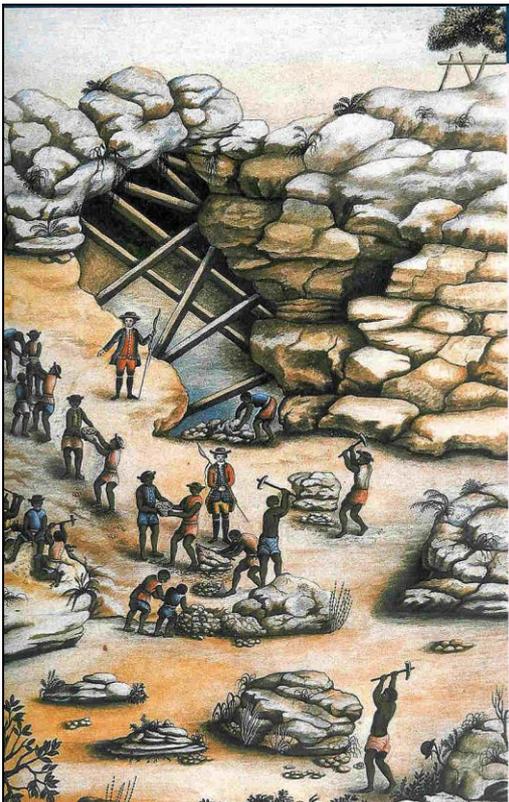
Nesta unidade teve início a ocupação da bacia do Jequitinhonha no princípio do século XVIII em decorrência das atividades de mineração de ouro e diamante (figura 4). Apesar das restrições naturais, sempre existiram pequenas unidades de produção agrícola e pecuária para abastecimento das minas e pequenos núcleos urbanos.

Figura 3 - Unidades de paisagem cultural da porção mineira da bacia do rio Jequitinhonha



Elaboração: Alan Nunes Araújo

Figura 4 - Ilustração de Carlos Julião retratando a extração de diamantes na região de Diamantina no século XVIII



Com o declínio das lavras e da lavoura na segunda metade do século XVIII a população começou a transumância na direção leste, na margem direita do rio. Atualmente a agricultura limita-se praticamente à produção para autoconsumo. O potencial minerário ainda é significativo, mas restam apenas alguns grupos de faiscadores e pequenas explorações ilegais.

O turismo é visto como um possível novo vetor de crescimento econômico, especialmente em Diamantina, impulsionado pelas heranças do século XVIII (figura 5). Em 1999 a cidade conquistou o título de Patrimônio da Humanidade da UNESCO. Manifestações culturais de origem portuguesa ainda estão presentes nas serestas, nos saraus e nas trovas de Diamantina.

Figura 5 - Vista de Diamantina, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO devido ao conjunto arquitetônico e artístico dos tempos áureos da mineração do século XVIII



Foto: Vanderlei Ferreira, 2005

## C2

A ocupação da unidade C2 começou no início do século XVIII devido à presença de ouro e pedras preciosas. O ouro foi encontrado ao longo do rio Araçuaí, atraindo a migração de aventureiros, muitos dos quais com escravos. Atualmente a mineração praticamente inexistente, embora ainda persista de forma artesanal e clandestina nas calhas do rio Araçuaí e alguns afluentes.

Há uma importante distinção entre os dois componentes naturais mais importantes da unidade C2 que, de certa forma, determinou o modelo de ocupação humana. As chapadas são extensos planaltos de topografia plana, originalmente cobertos por vegetação de cerrado e apresentando significativas restrições hídricas devido à facilitada infiltração e à baixíssima densidade de drenagem. As depressões (grotas) separam as chapadas, apresentam topografia mais irregular, recebem as águas percoladas nos topos tabulares e nelas estão praticamente todos os córregos e rios da região. A fertilidade da terra tende a ser crescente quanto mais se aproxima do fundo dos vales.

Tradicionalmente a grota foi utilizada para moradia e lavoura, onde os pequenos produtores aproveitavam relativa abundância de recursos naturais. Já a chapada sempre foi área para soltura de animais.

Ribeiro (1996, p.20) lembra que a avaliação financeira da terra na região é relativamente recente. Em divisões de heranças havia “acertos entre os filhos para um receber um tacho de cobre e o outro 50 alqueires de chapada, e era partição igual”. Nos anos 1920 um recém chegado “trocou o burro que trazia sua bagagem por 50 alqueires de terra, e recebeu na volta uma leitoa”.

As terras de grotas vêm sendo partilhadas entre lavradores desde começos do século XVIII, havendo “uma rede familiar de domínio da terra e uma história compartilhada entre o grupo de parentesco denominado comunidade rural, que, geralmente, é conhecida pelo mesmo nome do córrego que a irriga ou pelo sobrenome da família majoritária no lugar” (Ibid, p.20).

No final dos anos 1960 e início dos 1970 teve início a introdução da silvicultura e da cafeicultura nas chapadas. Inicialmente a atividade empregou muita mão-de-obra, mas atualmente a geração de empregos reduziu enormemente e a população ainda precisa conviver com os impactos ambientais das monoculturas.

“Sem crédito, sem acesso à terra, limitados pelo cercamento das chapadas, os lavradores tradicionais (...) tiveram sua reprodução social fortemente ameaçada, e inúmeros deles abandonaram definitivamente o campo” (MATINS, 2001, p. 68). A maioria passou à condição de assalariados em empreiteiras contratadas pelas empresas reflorestadoras. Moram nas cidades e são levados para as plantações em ônibus ou em caminhões improvisados. A figura 6 mostra os tapetes arraiolos de Capelinha/MG, que indicam a influência portuguesa na histórica construção da identidade regional, porém mostram a importância do cotidiano atual no imaginário popular.

Figura 6 - Tapetes arraiolos de Capelinha/MG, apontando para a influência portuguesa na construção da identidade regional



Foto: Mariana Lacerda, 2003

### C3

Esta unidade foi ocupada a partir do século XIX, repercutindo a decadência da mineração e da lavoura no Alto Jequitinhonha. Até meados do século XX havia fazendas prósperas produzindo carne, leite e derivados da cana. A estrada de ferro Bahia-Minas, inaugurada em 1860, quando o país abandonava o regime monárquico para abraçar o republicanismo, chegou à região no início do século XX e contribuiu para relativa prosperidade. Na década de 1960 a ferrovia foi desativada e a região entrou em decadência que dura até os dias atuais. Os moradores mais antigos ressentem-se da falta da ferrovia para o desenvolvimento da região. Além da memória destes cidadãos, outros vestígios ainda permanecem na paisagem, tais como as estações (figura 7), pontilhões metálicos e tanques de abastecimento das locomotivas. Dentre as atividades econômicas atuais evidencia-se uma pecuária de baixa produtividade, agricultura de subsistência, agroindústria artesanal da cana e artesanato de barro (figura 8).

Figura 7 - Prédio da antiga estação ferroviária de Queixada, distrito do município de Novo Cruzeiro/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2007

A migração sazonal da população masculina para o corte de cana-de-açúcar e colheita de café em São Paulo representa uma alternativa econômica para a maioria das famílias rurais. Os homens que migram chegam a ficar nove meses por ano fora, quando as mulheres passam a ter responsabilidades tanto na produção como nos processos de decisão. Recentemente a exploração de granito em pequenas minas vem se espalhando pela área, em grande parte de forma clandestina, sem licenciamento ambiental, sem registro de profissionais e sem pagamento de qualquer tributação.

Figura 8 - Peças do artesanato do distrito Santana do Araçuaí, no município de Ponto dos Volantes/MG



Foto: Patrícia de Sá, 2003

#### **C4**

A ocupação da unidade C4 também resultou da expansão da transumância proveniente da região das minas. Atualmente as fazendas de gado de corte estão incorporando terras das propriedades menores que antes produziam milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. As terras incorporadas destinam-se às pastagens naturais e plantadas das fazendas de gado (figura 9). A agricultura sempre teve produtividade muito baixa na região, o que tem favorecido o avanço da pecuária. O nível de ocupação da mão-de-obra tem diminuído devido a esta ampliação da pecuária extensiva. Conflitos pela posse da terra são comuns na área.

Figura 9 - Fazendas de gado avançam sobre as encostas originalmente ocupadas por florestas estacionais e pequenas unidades de produção agrícola no município de Rubim/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2007

## C5

O povoamento dessa unidade deve-se, principalmente, à travessia do rio Jequitinhonha pelos migrantes provenientes da Bahia, que fugiam das secas freqüentes. As manifestações culturais (festas populares como bumba-meu-boi, reizados e quadrilhas juninas) e a culinária denunciam a influência nordestina. Os índios Maxacali, que ocupavam a região antes da chegada dos baianos, ainda estão presentes, apesar da aculturação.

As grandes fazendas de gado predominam, incluindo a presença do antigo agregado. Este, além de trabalhar no trato do gado das fazendas, cultiva cana-de-açúcar, mandioca e abacaxi, o que ocorre também nas poucas pequenas propriedades remanescentes.

Em 2003 foi inaugurada a UHE de Itapebi, cuja barragem localiza-se na parte baiana da bacia do Jequitinhonha, mas o reservatório inundou áreas do município de Salto da Divisa, em Minas Gerais. Nos municípios baianos o reservatório atingiu áreas exclusivamente rurais, constituídas de grandes propriedades de pecuária extensiva. O município de Salto da Divisa teve apenas 0,25% (13 ha.) de sua área inundada, mas sofreu impactos relevantes, visto que o lago atingiu uma área marginal urbana, o que levou a empresa a implantar um programa de reassentamento para atender às famílias afetadas (figura 10).

Figura 10 - Imagens do lago da UHE Itabepi em área marginal urbana de Salto da Divisa/MG, barragem e área de reassentamento para atender famílias afetadas



Fotos: Vanderlei Ferreira, 2004

## C6

Por muito tempo esta região permaneceu como área de passagem entre Diamantina e Montes Claros (comércio de tropas). A efetiva ocupação ocorreu na primeira metade do século XIX, quando mineradores da região de Diamantina vieram em busca de novas jazidas de ouro, diamantes e pedras preciosas. O povoamento de Cristália, por exemplo, teve início com a busca de pedras preciosas que atualmente ainda são encontradas (águas marinhas, turmalinas, ametistas e berilos). Entretanto, praticamente não há mais mineração.

Há grandes extensões de maciços florestais nas chapadas e, nas grotas, a agricultura camponesa resiste. Os municípios baseiam suas economias no comércio local, na bovinocultura e na agricultura (cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, principalmente). Em Botumirim o plantio de café também se sobressai.

Há expectativa quanto ao possível incremento do turismo no lago da UHE de Irapé, construída entre os municípios de Berilo e Grão Mogol, inundando também áreas dos municípios de Cristália e Botumirim nesta unidade de paisagem (figuras 11 e 12).

Figura 11 - UHE Irapé na fase de construção no rio Jequitinhonha, a jusante da foz do rio Itacambiruçu, entre os municípios de Berilo e Grão Mogol/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2004

Figura 12 - Lago da UHE Irapé, nos municípios de Berilo e Grão Mogol/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2007

## C7

A ocupação dessa unidade se deu inicialmente devido a descoberta de sal, produto escasso e muito valioso no período colonial. Posteriormente, ainda no início do século XVIII, houve expansão da criação de gado. Atualmente a pecuária ainda tem grande importância no município de Taiobeiras e na parte leste de Salinas e Rubelita. Embora a ocupação da terra tenha ficado marcada pela presença da fazenda, isso nunca significou ausência de pequenas explorações rurais.

O município de Salinas é conhecido pela qualidade do requeijão e da carne de sol, pelas tradições e pelo folclore. Mas o que lhe dá mais notoriedade são suas famosas cachaças artesanais (figura 13), que desempenham papel importante quanto à reprodução da agricultura familiar.

Tendo em vista a irregularidade do regime de vazão dos cursos d'água, o governo estadual implantou barragens nos rios Salinas, Bananal e Caraíbas. A iniciativa tem contribuído positivamente para adequar a compatibilização entre a oferta e demanda hídrica, mas enfrenta problemas para atingir as metas estipuladas, especialmente em relação à irrigação.

A música sintetiza a formação cultural do povo do Vale do Jequitinhonha, destacando o elo histórico entre os homens e a natureza, especialmente em relação ao rio. Na figura 14, observa-se um violeiro que mostra sua arte no mercado municipal de Salinas/MG.

Figura 13 - Fábrica de cachaças artesanais no município de Salinas/MG



Foto: Patrícia de Sá, 2003

**C8**

Esta unidade abrange os municípios de Cachoeira de Pajeú, Santa Cruz de Salinas, Comercinho e partes de Medina, Itaobim e Itinga.

A pecuária, principal atividade econômica, é de baixíssimo rendimento. A situação mais comum é a criação do gado solto na caatinga ou em pastagens de baixa qualidade. Outras atividades econômicas incluem a produção de alimentos para subsistência, especialmente mandioca, milho, feijão e também cana-de-açúcar para produção de cachaça e rapadura.

Figura 14 - Violeiro mostra sua arte no mercado municipal de Salinas/MG



Foto: Patrícia de Sá, 2003

Interessante notar que nesta unidade de paisagem, mais do que nas demais, as regras de convivência social costumam ser segregativas e não evidenciam potencialidades nem contribuem para a solução de problemas. Muitas vezes, o conjunto de costumes e regras compartilhadas não gera sentido de pertencimento e tampouco facilita a convivência ou conduz ao respeito e ao reconhecimento dos direitos e deveres das pessoas (figura 15).

## C9

Essa unidade incorpora os municípios de Pedra Azul, Divisópolis e partes dos municípios de Jequitinhonha, Almenara e Medina. A área já foi grande produtora de pedras preciosas, destacando-se águas marinhas, que deram nome ao município de Pedra Azul.

A maioria das cidades localizadas às margens do rio Jequitinhonha originaram-se de antigos postos de vigilância instalados para fiscalizar o escoamento de ouro e diamante entre o Arraial do Tijuco (Diamantina/MG) e Belmonte/BA.

Figura 15 - Placa informativa sobre posturas urbanas em Comercinho/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2007

Na segunda metade do século XX a região entrou em decadência devido ao esgotamento das pedras preciosas, o que acabou por contagiar a pecuária porque muitos mineradores eram também fazendeiros. Ainda assim a bovinocultura é a atividade econômica mais importante, desenvolvida inicialmente por vaqueiros nordestinos fugindo de estiagens prolongadas. As grandes fazendas de gado, algumas com produtividade relativamente elevada, estão situadas principalmente no município de Almenara, sede da Associação dos Criadores de Nelore do Vale do Jequitinhonha (Nelovale). De forma intercalada há também as unidades produtivas familiares (milho, cana-de-açúcar e mandioca, principalmente).

Os Municípios estão discutindo o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento. A figura 16 mostra a Praia da Saudade, em Almenara, que já recebeu grande número de banhistas. A partir dos anos 1980 o movimento cessou devido à veiculação de dados sobre poluição hídrica. A delicadeza, perfeição e singularidade da arquitetura dos casarões construídos nas primeiras décadas do século XX revelam o gosto artístico refinado e o relevante acúmulo de riquezas daqueles que possuíam os meios de extração de pedras preciosas no município de Pedra Azul/MG (figura 17).

Figura 16 - Praia da Saudade, em Almenara/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2007

Figura 17 - Detalhe da arquitetura dos casarões de Pedra Azul/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2003

### **C10**

Nesta unidade prevalece a grande propriedade de gado e alguns remanescentes produtores de feijão, mandioca, cana-de-açúcar e café.

A concentração da propriedade da terra, estimulada pelo Estado via incentivos fiscais à bovinocultura, não acompanhada de uma política que viabilizasse a sobrevivência da pequena produção agrícola provocou, nos últimos 30 anos, êxodo de camponeses em direção aos pequenos núcleos urbanos, contribuindo para agravamento de problemas sociais, fato que se repete na maior parte dos municípios do Médio Jequitinhonha. Alguns se tornaram agregados, outros passaram para a condição de assalariados rurais. Os residentes da zona urbana vivem do pequeno comércio ou trabalham para a Prefeitura Municipal ou praticam a agricultura de subsistência na zona rural do entorno.

As tradicionais vendinhas comercializam mantimentos, fumo de rolo, utensílios domésticos, ferramentas e muita cachaça (figura 18). Os traços culturais lembram a cultura baiana devido à proximidade com aquele Estado e também porque a região foi rota de tropeiros nordestinos.

Figura 18 - Comércio típico da sede municipal de Bandeira/MG



Foto: Vanderlei Ferreira, 2003

## Conclusões

As características socioculturais da porção mineira da bacia do rio Jequitinhonha resultaram de formas específicas de como a população se organizou para explorar economicamente os recursos naturais, sempre diante de importantes condicionamentos ambientais. As unidades de paisagem culturais delimitadas espelham didaticamente as relações entre os atributos naturais e a dinâmica histórica de ocupação da região.

Historicamente, o modelo de aproveitamento dos recursos naturais gerou o tradicionalismo do sistema de produção e a posse irregular da terra. Atualmente o povoamento da bacia é disperso, a economia apresenta fraco desempenho, os municípios são muito dependentes do repasse de recursos de outras esferas de governo, o que os limitam quanto à capacidade de garantir oferta mínima de serviços sociais básicos, atuando também como elemento adicional de restrição da capacidade de criação de empregos.

As intervenções estatais baseadas na reorientação econômica, privilegiando aspectos ligados à tecnologia e competitividade, induzem a degradação ambiental e geram conseqüências econômicas, sociais e culturais negativas. Usualmente os impactos adversos das transformações atingem os mais pobres através do desenraizamento das comunidades de

seus lugares, destruição das identidades culturais e o esquecimento das práticas tradicionais de uso dos recursos.

Não existiu até o momento nenhuma política pública que considerasse a diversidade interna da bacia, que transformasse a realidade e promovesse o desenvolvimento. O que tem garantido a sobrevivência de muitas famílias são instrumentos governamentais assistencialistas. Aliás, mais recentemente, a política de distribuição de renda do Governo Brasileiro tem sido um fator importante para a manutenção de famílias nas suas áreas de origem, reduzindo o processo migratório.

Em algumas unidades de paisagem as condições de exploração dos recursos naturais traduzem-se numa cultura tradicional muito específica. Os usos, costumes, folclore, modos de trabalho, formas de estar e de conviver adquiriram características próprias nas diferentes unidades, o que desaconselha a padronização dos projetos de intervenção estatal. A estrutura produtiva ainda é de base endógena, embora muito modificada pelos empreendimentos exógenos recentes.

Os gestores públicos estabeleceram para a bacia do Jequitinhonha uma estratégia de ocupação definida em gabinete. A introdução da silvicultura na região, estimulada pelo Estado, é exemplo disso. Não avaliaram adequadamente a área objeto, originando uma divisão desproporcional dos recursos naturais. É verdade que a bacia do rio Jequitinhonha precisa de estradas, indústrias, usinas hidrelétricas, perímetros de irrigação. Mas nada disso terá valor se não for considerado o necessário equilíbrio entre tecnologia e ambiente, incluindo os diferentes grupos sociais e suas necessidades particulares. Permanece a importância da discussão sobre as bases conceituais da gestão adequada dos recursos naturais.

A questão do subdesenvolvimento regional não pode ser tratada como um fenômeno meramente associado às determinações naturais, mas percebida como parte de um movimento econômico e social de controle. Há um problema fundamental de política e de opções gerenciais a enfrentar. Faz-se necessário um novo paradigma de gestão dos recursos naturais que leve à harmonização das atividades econômicas com a preservação da natureza e da vida. A única certeza absoluta refere-se ao esgotamento de um modelo de planejamento que se mostrou ecologicamente predatório, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente censurável.

## Referências

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CABRAL, Luiz Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. **Geosul**, v.15, n.30, p. 34-45, jul./dez. 2000.

CARNEIRO, GERALDA; VÂNIA N. F. O lugar e a vida de pequenos produtores. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org.) **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 13-35.

CODEVALE. **Levantamentos básicos preliminares do vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: CODEVALE, 1973. (mimeo)

CODEVALE. **Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha: o espaço físico e a realidade infra-estrutural**. 2 v. Belo Horizonte: Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, 1967. (mimeo)

CORRÊA, L. R; ROSENDAHL, Z.. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.

ENERCONSULT. **Estudos de inventário da bacia do rio Jequitinhonha**. Meio Ambiente, Anexos C e D, Belo Horizonte, 1987.

FIORIN, José Augusto (org.). **A organização das sociedades humanas na história da humanidade**. Ijuí: Sapiens Editora, 2007.145 p.

MARTINS, M. L. A 'fraqueza da terra' e do rio e a força do moinho de moer gente: as transformações sociais no Vale do Jequitinhonha nas últimas três décadas. **Revista Cronos**, Pedro Leopoldo, n.3, Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, 2001.

MENDES SILVA, M., FERREIRA, V. de O. Estação Chuvosa e Ocorrência de Veranicos em Araçuaí, Itamarandiba e Pedra Azul, na Porção Mineira da Bacia do Rio Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.4, p.1068-1081, 2011.

MINAS GERAIS. **Projeto Vida no Vale**. Belo Horizonte: 2007 (Resumo Executivo).

RIBEIRO, E. M. **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFES, 1996.